

Para Além da Miragem

Fernando Jorge Cardoso

A cimeira do Cairo simbolizou a rotura com o paradigma assistencialista e pós-colonial e ficará para a história como a primeira reunião ao mais alto nível entre países africanos e europeus. Resta saber se tudo não passou de mais uma miragem no deserto.

O relacionamento pós-colonial entre a Europa e África tem sido marcado pela predominância de acordos entre antigas potências colonizadoras e novos países independentes, seja a nível estritamente bilateral, seja através da formação dos espaços da francofonia, da commonwealth e da CPLP, e pelo estabelecimento de laços de natureza vincadamente assistencialista no âmbito das diversas Convenções entre a União Europeia e os países ACP (antigas colónias e territórios autónomos europeus na África, Caraíbas e Pacífico).

A cimeira do Cairo foi, de facto, a primeira reunião ao mais alto nível entre países africanos e europeus, fora deste tipo de contornos. Neste contexto, ela aparece como um novo patamar de relacionamento multilateral, não assente nas habituais lógicas pós-coloniais e assistencialistas. Porém, para além do valor simbólico e do significado político, o processo desencadeado com a cimeira dependerá, sem dúvida, da concretização das decisões tomadas e dos passos que se verificarem a seguir. Neste sentido, poderá ser interessante reflectir sobre o significado e os resultados da cimeira em três níveis correlacionados.

Um primeiro nível é representado pelos desafios que se colocam ao processo de integração europeia. Coexistem visões diferenciadas sobre a divisão de poderes entre Estados membros, Comissão Europeia e alto representante da Política Externa e de Segurança Comum no que respeita ao quadro de relacionamento externo da Europa. No caso das relações com a África subsaariana, parte dos Estados membros considera que, no seu essencial, elas se concretizam na ajuda ao desenvolvimento, por sua vez considerada como uma função de natureza assistencialista e pouco ligada à política externa, a executar por instâncias governativas pouco influentes nas agendas políticas. Esta separação funcional, que é também geográfica, aparece igualmente reflectida na actual estrutura da Comissão Europeia, onde a Direcção Geral de Desenvolvimento conduz o dossier das relações com os ACP, ficando a Direcção Geral de Relações Externas com o pelouro do resto do mundo, estabelecendo-se assim, ao nível político e de gestão um tratamento diferenciado entre os ACP e os outros países. A cimeira do Cairo representa, simbolicamente, uma rotura com este pensamento, na medida em que traz para o nível político o relacionamento com os países africanos, ultrapassando o paradigma assistencialista e pós-colonial. A questão que subsiste é se esta rotura simbólica se ficará meramente pelas declarações ou se corresponde ao início de um processo de revisão dos termos do relacionamento.

Um segundo nível corresponde ao desenrolar dos processos de transformação em curso nos países africanos. Desde logo e contrariamente ao processo europeu, mais consolidado e unificado do ponto de vista das economias e dos regimes e valores políticos, a África está longe de ter uma identidade política própria ou uma realidade económica integrada. A instabilidade dos regimes, os conflitos violentos, a debilidade das economias dificilmente produzem unidade e muito menos coerência interna. Se a unidade africana teve um substrato sólido na luta comum pela independência, a tentativa de reconstrução de uma nova unidade assente em valores culturais transporta em si — na África como na Europa — o gérmen da

xenofobia e do racismo. Neste contexto, a oposição de “valores africanos” aos da “democracia ocidental” funciona como receita para juntar Kadafi, Eyadema, M'Beki e Mugabe e como artifício para unir e legitimar regimes e práticas contraditórias quanto ao respeito pelos direitos humanos ou pelas regras do Estado de direito. A cimeira do Cairo pouco poderá adiantar em relação a este assunto, embora a secundarização das questões políticas relativamente às económicas comprove mais uma unidade conjuntural de interesses que uma unidade estrutural de princípios. Um terceiro nível trata da concretização do relacionamento acordado entre os parceiros e tem necessariamente a ver com os níveis anteriormente referidos. São vários os desafios que se colocam à concretização da declaração e plano de acção do Cairo e existem algumas questões cujo cumprimento permitirá, de certa forma, aferir da efectiva vontade das partes em aplicar os termos acordados e que podem funcionar como sinais inequívocos de uma nova etapa de relacionamento. De entre o conjunto de questões podem ser salientadas, numa leitura livre, as seguintes: reprimir o tráfico de armas e o branqueamento de capitais associados ao sofrimento humano e aos conflitos violentos em África, ou seja, perseguir policial e juridicamente os traficantes e congelar as contas pessoais de cleptocratas e dirigentes corruptos; apresentar propostas concertadas para a erradicação da dívida externa que incluam pressupostos para evitar o crescimento descontrolado de novas dívidas, ou seja, avançar para o perdão total condicionado à supervisão de regras de gestão de futuros endividamentos; encorajar decididamente as jovens democracias em África em desfavor dos regimes corruptos e dos que violam sistematicamente os direitos humanos, cortando de vez com as velhas lógicas neocoloniais e assistencialistas. Ou será tudo isto mais uma miragem no deserto?